

Educação Fiscal

no Currículo da Educação Básica



Ensino Médio

Caderno do Estudante

~~*Aprendendo ser*~~

Protagonista

da Cidadania

WANDERLEY BARBOSA CASTRO
Governador Interino do Estado do Tocantins

JÚLIO EDSTRON SECUNDINO SANTOS
Secretário de Estado da Fazenda

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Educação, Juventude e Esportes

DONIZETH APARECIDO SILVA
Secretário Executivo do Tesouro

KELMA LIMA DE SOUSA RODRIGUES
Superintendente de Administração e Finanças/SEFAZ

MARKES CRISTIANA OLIVEIRA DOS SANTOS
Superintendente de Educação Básica/SEDUC

RODRIGO JOSÉ LIMA ALMEIDA
Diretor da Escola Fazendária/SEFAZ

CELESTINA MARIA PEREIRA DE SOUZA
Diretora de Educação Básica/SEDUC

ELMÍRIAM ALVES DE OLIVEIRA GUEDES
Gerente de Programação, Capacitação e Educação - Egefaz/Sefaz.

SCHIERLEY RÉGIA COSTA COLINO DE SOUSA
Gerente de Ensino Médio

FLÁVIA RODRIGUES MOTA DE ALMEIDA
Unidade Técnica de Programas e Projetos/Seduc

ANDREIA GOMES FEITOSA - Coordenadora – SEFAZ

DELVANE BARBOSA BARROS - SEDUC

ELMÍRIAM ALVES DE OLIVEIRA GUEDES - SEFAZ

NELMA MARIA MATIAS PINHEIRO - SEDUC

RODRIGO JOSÉ LIMA ALMEIDA - SEFAZ

SUZANA MARIA DO NASCIMENTO BORGES - SEFAZ

WISNER GABRIEL CANDIDO MARTINS JUNIOR - Estagiário/SEFAZ

Grupo Estadual de Educação Fiscal - GEEF

Caderno 01

~~Aprendendo ser~~ Protagonista da Cidadania

Material Produzido Pelo Grupo de Educação Estadual de Fiscal – TO

Organização e produção textual: Nelma Maria Matias Pinheiro - Seduc

Colaboradora: Delvane Barbosa Barros - Seduc

Revisão de conteúdo:

Andreia Gomes Feitosa - Sefaz

Elmíriam Alves de Oliveira Guedes - Sefaz

Rodrigo José Lima Almeida - Sefaz

Revisão pedagógica: Equipe da Gerência de Ensino Médio - Seduc/TO

Revisão ortográfica: Equipe GEEF/TO

1ª Edição – 2021

ÉTICA E CIDADANIA

Cordel do Profº Juarez Alencar

Nesse contexto resalto
Para a nossa sintonia
Pelo seu grande valor
A ética e cidadania
Qualidade e transparência
Deve ser a evidência
Presentes no dia a dia.

Ética e a cidadania
São conceitos bem ligados
Quando colocando em prática
Serão todos respeitados
Fortalece a democracia
Afugentem a tirania
Governantes e governados.

Arregacemos as mangas
Pra essa luta travar
Saíamos do anonimato
Para a história mudar
Basta de tanta mutreta
Vamos tirar de letra
Com a força popular.

Não vamos só criticar
Temos mesmo é que agir
Cobrar os nossos direitos
Nossos deveres cumprir
Sejamos um cidadão
Agindo com a razão
Pros direitos garantir.

Vamos todos ser fiscais
E cobrar antemão
Não podemos continuar
Com esta situação
Vamos cobrar transparência
E ver a lei em evidência
Do acesso e informação.

Sejamos assim conscientes
E a nota fiscal cobrar
Pois através dos impostos
Podemos sim melhorar
A educação e saúde
Depende dessa atitude
Se o povo se antenar.

Vamos dar um basta nisso
Chega de corrupção
Todos juntos unir forças
Para buscar solução
Pois todo ato corrupto
É um verdadeiro insulto
Que prejudica a nação.

Fica aqui essa mensagem
Bem dinâmica e atual
Destacando os conceitos
Valores, ética e moral
São palavras bem presentes
Desse programa decente
Que é a Educação Fiscal.

Palmas, 2021

SUMÁRIO

1 Educação Fiscal no contexto social

2 Os tributos

3 FPM – Fundo de participação dos Municípios

4 Orçamento Público Municipal

Apresentação

Caro Estudante, você está recebendo um material de Educação Fiscal que foi organizado pensando em você, no seu jeito de lidar com assuntos sérios! Neste sentido, os assuntos deste caderno estão organizados focando duas temáticas: Educação Fiscal no Contexto Social e Tributos. Ambos são fundamentais para iniciação do processo de compreensão da relação entre o Estado e o Cidadão.

Neste processo você terá respostas, por meio do conhecimento teórico e a aplicação destes no seu cotidiano, para perguntas do tipo: quais meus direitos e deveres de cidadão? Existem políticas públicas para a juventude? Qual a origem dos recursos que pagam os bens e serviços públicos? Qual arrecadação é de responsabilidade do Município, do Estado e da União? Posso fiscalizar os gastos públicos? Como anda a gestão do meu Município?

Este assunto não se encerra neste caderno, pelo contrário, este é o início de um grande debate que muito irá contribuir para que você se torne um cidadão participativo, protagonista de sua própria história.

Bom Estudo!

Educação Fiscal no Contexto Social



<https://br.freepik.com/fotos-vetores-gratis/society-vector>

O que é Sociedade?

Sociedade é um conjunto de seres que convivem de forma organizada. A palavra vem do Latim *societas*, que significa "associação amistosa com outros".

A sociedade humana pressupõe uma convivência de atividades conjuntas dos homens ordenadas ou organizadas conscientemente. É um coletivo de cidadãos de um país, sujeitos à mesma autoridade política, às mesmas leis e normas de conduta, organizados socialmente e governados por entidades que zelam pelo bem-estar desse grupo.

Dentro das sociedades surgem grupos formalmente organizados ou grupos organizados informalmente... E as instituições...

No caso dos jovens, eles procuram se engajar a algum grupo, na maioria aqueles de organização informal, ou aderem a um modismo para encontrar seu lugar no mundo para participar ativamente! É uma forma de se autoafirmar! Afinal, o jovem não representa somente o futuro, Ele é o presente!

Grande parte das vivências dos adolescentes desenvolvem-se, não só em ambiente escolar, mas também fora deste, acompanhadas muitas vezes, dos seus pares de estudo, sendo a música um importante canal de comunicação que lhes permitem manifestar as suas emoções, os seus sentimentos e partilhar com os outros, ideais e maneiras de estar.

<https://www.significados.com.br/sociedade/> acessado em 20/09/2019.

Organização Informal. ... O conjunto de interações e relacionamentos que se estabelecem entre as pessoas.
Organização formal é constituída pela estrutura organizacional composta de órgãos, cargos, relações funcionais, níveis hierárquicos etc.

O trecho da música do grupo Charlie Brown Jr. que destacamos abaixo traduz e denuncia um paradoxo vivenciado pelos jovens no Brasil

Vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério. O jovem no Brasil nunca é levado a sério [...] Sempre quis falar, nunca tive chance. Tudo que eu queria estava fora do meu alcance [...]

(Charlie Brown Jr. – "Não é sério")

Das quatro turmas de Ensino Médio da Escola Pública Aldeia Brasil, 30 estudantes formaram um grupo de estudo, cujo objetivo é o ingresso na universidade, por um simples motivo: seus projetos de vida estão intrinsecamente ligados à formação profissional em nível superior. Todos são de famílias de baixa renda e nestas condições buscam oportunidades em cursarem escolas superiores sem custos financeiros para as suas famílias.

O grupo buscou informações acerca das “cotas” de acesso às universidades, destinadas aos estudantes de escolas públicas, ao Programa Universidade para todos - PROUNI e também acerca do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES que é um Programa de financiamento para acesso a vagas em Instituições de Ensino Superior (IES) Particulares.

- **Vamos fazer uma busca de conhecimentos!**



Os Serviços públicos nunca são gratuitos, mas, sim, financiados por impostos, taxas e outros tipos de contribuições pagos por toda a sociedade.

Ou seja, tanto pelos que usufruem desses serviços quanto pelos que não usufruem.

As cotas estão dentro das vagas de todas as universidades públicas que adotam esse sistema, portanto, são pagas pelas mesmas fontes. Ao instituir o sistema de cotas, o Estado não aumentou as vagas, apenas redistribuiu as já existentes, sendo assim não gerou novos custos.

Então, as despesas com a oferta das vagas de cotas e vagas de ampla concorrência são pagas com o mesmo recurso público destinado ao custeio da educação superior, ou seja, com o dinheiro arrecadado por meio de contribuições tributárias do cidadão.

O sistema de cotas compõe o conjunto de ações afirmativas, também chamado de política de cotas, trata de uma medida implantada em diversos países para amenizar desigualdades sociais, educacionais e econômicas, são cotas raciais e cotas sociais.

No Brasil, esse tipo de medida vem ganhando visibilidade a partir dos anos 2000. A Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 obrigou as universidades, institutos e centros federais a reservarem vagas para candidatos cotistas

O **PROUNI** é destinado à concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais (50%) para estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. As instituições que aderem ao programa cumprindo uma proporção de bolsas prevista em lei fazem jus à isenção de tributos federais. O PROUNI, por não implicar gastos diretos para o Tesouro, constitui-se em uma ação extra-orçamentária e consiste em renúncia fiscal por parte dos governos referente a impostos como, por exemplo, ISS, IPTU, IRPJ e outros. É possível concluir que, ao longo do tempo, o PROUNI está tornando possível que a grande parcela da população, até então excluída do ensino superior, conseguissem ingressar na graduação. Essas informações constam no Artigo: **Educação superior pública no Brasil: custos, benefícios e efeitos distributivos**, e podem ser acessadas por meio do Link: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=So103-63512019000200623&script=sci_arttext.

O **FIES** surge como um programa que alavanca o aumento do acesso às Universidades Privadas, ampliando o número de vagas aos cursos superiores em decorrência da concessão de financiamentos aos estudantes. O percentual a ser financiado e as exigências de fiança ainda privilegiam as classes de menor renda. Segundo o MEC, 78% dos estudantes com FIES têm renda de até 1,5 salários-mínimos per capita. O programa recebe investimentos públicos do governo federal, dos 17% destinados ao ensino superior e também à iniciativa privada.

Os recursos públicos destinados ao FIES são provenientes do Tesouro Nacional.

O Tesouro Nacional é uma secretaria do Governo Federal, responsável por administrar os recursos financeiros que entram nos cofres públicos, ou seja, é o caixa-forte do Brasil. Os recursos depositados nesse grande cofre vêm, principalmente, dos impostos pagos por você, como cidadão.



- Se o estudante é cotista, é bolsista do PROUNI ou tem FIES, quer dizer que estuda, “de graça”?

- Afinal, quem custeia o sistema de Cotas, o PROUNI e o FIES?

autônomos mas, não são soberanos. São exercidos sob o que estabelece a Constituição Federal- CF e financeiramente são custeados pelos recursos públicos advindos dos tributos pagos pelos cidadãos.

No seu município, o Poder Executivo é representado pelo Prefeito (a), seu secretariado, assessores e outros servidores ligados a estes; o Poder Legislativo pelos vereadores e seus assessores. Quanto ao Poder Judiciário, os municípios são jurisdicionados por comarcas, sendo que uma comarca pode agregar vários municípios próximos de sua sede. Elas são instâncias do poder judiciário estadual. Em alguns casos as demandas judiciais do município são atendidas pelo judiciário federal, é o caso das aposentadorias, por exemplo.

República: forma de organização do Estado nação. Possui um sistema de governo no qual o poder emana do povo, por meio de eleições.

Federalismo: É um Estado (país) composto por entes territoriais autônomos (estados). Ou seja, cada estado que compõe a Federação, apesar de ser subordinada à ela, tem sua autonomia.

<https://pros.org.br/república-federativa-do-brasil-entenda-o-significado-do-nome/>

Constitucionalista: Submetido a uma constituição

Presidencialista: O chefe maior é um presidente



Participe!

- A Câmara dos Vereadores é a instituição que congrega todos os trabalhos destes cidadãos representantes do povo. Você conhece projetos, em seu município, proposto por vereadores que venham beneficiar a juventude ou a comunidade em geral? De onde vêm os recursos para custear, “banicar” esses projetos? Você ou alguém da sua família é contribuinte desse recurso? Por meio de qual tributo? Por meio de quais impostos?

- Como você pode se organizar com seus colegas para acompanhar a execução deste projeto? Como farão? Além de saber a origem do recurso, são pontos importantes a serem acompanhados: O custo, o tempo da execução, se o realizado está de acordo com o proposto e a identificação dos mais beneficiados com o projeto.

- Você já viu uma placa tipo “prefeitura trabalhando...” Já buscou saber o custo daquele trabalho ali realizado? A origem do recurso, em termos de impostos, taxas ou outras formas de arrecadação? Você se sente beneficiado pelo produto deste serviço?

- Enquanto contribuintes todos nós temos o direito de acompanhar o gasto dos recursos, se o custo está justo, se os prazos estabelecidos para entrega está sendo ou foi respeitado, se ocorreu complementação de custos durante o processo de execução.

No caso deste serviço, se houve, você, enquanto cidadão, deve verificar o porquê e em quanto o projeto original foi onerado.

Democracia o que é?



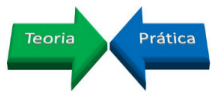
Democracia é um sistema em que as pessoas de um país podem participar da vida política. Esta participação pode ocorrer através de eleições, plebiscitos e referendos. Dentro de uma democracia, as pessoas possuem liberdade de expressão e manifestações de suas opiniões. A maior parte das nações do mundo atual segue o sistema democrático de governo.

<https://www.suapesquisa.com/historia/dicionario/democracia.htm>. Acessado em 10/01/2019.

Nos dias atuais temos ouvido muito o termo “Democracia Participativa”. Este termo se configura nas lutas dos novos movimentos sociais, tendo como lócus a sociedade civil, cujo ponto central é limitar o poder arbitrário do Estado junto ao indivíduo.

O principal objetivo é proporcionar a oportunidade de participação às pessoas, criando canais de discussão, que fomentem o pensar sobre questões políticas, intrinsecamente ligadas ao exercício da cidadania. São mecanismos de funcionamento da democracia participativa: referendos, plebiscitos, iniciativa popular, audiência pública, conselhos municipais, orçamento participativo, consultas e

outros. <https://www.politize.com.br/democracia-participativa/> acessado em 10/01/2019.



Mãos à obra!

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de seus estudos, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“A participação política do jovem no Brasil contemporâneo”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

TEXTO I

A juventude brasileira está inconformada com o país em que vive. Afastada dos partidos e da política, pouco quer saber dos fundamentos da economia e seu desenvolvimento de modo geral, bem como não lhe interessa comparar o passado com o presente, pois seu olho se dirige ao futuro. Já fez protestos em 2013, participando de passeatas contra o aumento das passagens de ônibus e a falta de serviços públicos de qualidade. Foram as maiores manifestações públicas da história do Brasil desde a campanha das Diretas Já e dos caras pintadas que levaram à renúncia do presidente Fernando Collor.

Um terço do eleitorado brasileiro é formado por jovens entre 16 e 33 anos, ou seja, são mais de 45 milhões de pessoas em um universo de 144 milhões aptas a votar em outubro. Portanto, esses jovens têm o poder de decidir qualquer eleição, enquanto os políticos precisam descer do pedestal e propor um diálogo franco e honesto se pretendem atrair o seu voto. Este é o problema: estabelecer um diálogo com quem está desiludido com a corrupção e com os velhos e pérfidos costumes políticos.

Disponível

em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/sem-os-jovens-futuro-da-politica-e-sombrio/> (Adaptado)

Texto II



<https://www.imagineie.com.br/temas/a-participacao-politica-do-jovem-no-brasil-contemporaneo/>

O que você sabe acerca do "Fundo Eleitoral"? **Pesquise!**



- Neste contexto "fundo" se refere a recurso! Esse recurso vem de onde? Será gasto com qual finalidade?

- Esse recurso poderia ser melhor usado? Justifique.

- Pesquise e descubra quanto custou aos cofres públicos a eleição do Prefeito (a) do seu município.

- Faça uma análise dos custos da eleição e do montante do salário dos quatro anos de mandato do(a) eleitor(a), em seguida redija um texto expressando suas conclusões.



O Grêmio Estudantil é um espaço democrático de participação dos estudantes do ensino fundamental e médio e deve atuar como uma organização responsável por representar o interesse desses estudantes. É um espaço de debates, trabalhos em grupo com estímulos a novas ideias. Os grêmios estudantis proporcionam ao aluno a oportunidade de incentivar outros estudantes a participar da vida escolar e também da rotina da comunidade, por meio de projetos nas áreas social, política, de comunicação, cultura, e esportes.

- Na sua escola existe um Grêmio Estudantil? Se sim, faça um relato, tipo ajuda-memória, de como ocorreu a eleição do grêmio estudantil da sua escola e como

se dá a atuação deste. Publique seu relato em um espaço de comunicação, pode ser no mural da escola, no seu facebook ou em outras mídias disponíveis.

- No caso de não, pesquise como proceder para implantar o grêmio estudantil em sua escola. Comece entrando em contato com estudantes de uma escola que tenha grêmio estudantil ativo, seja por meio de emails, mensagens de whatsapp, facebook ou instagram, solicite informações sobre como ocorreu o processo de implantação do grêmio. Lembre-se que as parcerias em sua comunidade serão muito importantes nesse processo.

<https://www.educacao.sp.gov.br/gremio-estudantil>

<https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/entenda-o-papel-dos-gremios-estudantis-nas-escolas-da-rede-e-tire-todas-suas-duvidas/>

<http://ubes.org.br/gremios/>



Cidadania, o que é?

É o conjunto de direitos e deveres exercidos por um indivíduo, o "cidadão," que vive em sociedade. Estes direitos e deveres se referem ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição de poder nele intervir e transformar..

Cidadania pressupõe o "Estado de direito", que teoricamente parte do princípio da igualdade de todos perante a lei e do reconhecimento de que a pessoa humana e a sociedade são detentores inalienáveis de direitos e deveres.

O exercício da cidadania passa pela participação efetiva do indivíduo, de maneira democrática, na organização do Estado e na sua estrutura de governo, de forma que a cidadania individual constitua a cidadania social fomentando,

incessantemente, melhores condições para todos (a), dando a devida atenção aos padrões de conduta que regulam a relação entre Estado e Sociedade no que se refere a direitos e deveres.

Em casos de descumprimento aos deveres, o indivíduo poderá ter parte de sua cidadania caçada, a exemplo de presidiários. Além destes ainda existem muitos indivíduos que legalmente possuem cidadania, mas que não dispõem de condições sociais, estruturais e materiais para exercê-la, nesta situação muitos são excluídos socialmente em função das desigualdades geradas pelo sistema capitalista de produção.

Quais são os direitos fundamentais do cidadão?

Art. 5º da Constituição Federal (CF): Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. [Constituição da República Federativa do Brasil - Art. 5º](#)

Quais são os direitos sociais do cidadão?

Art. 6º da Constituição Federal (CF): São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Os direitos sociais são aqueles que têm por objetivo garantir aos indivíduos condições materiais tidas como imprescindíveis para o pleno gozo dos seus direitos fundamentais. Para efetivação destes direitos sociais é necessário

IDH significa Índice de Desenvolvimento Humano. Esse índice foi criado pelas Nações Unidas para classificar países em termos socioeconômicos. O índice avalia não somente o tamanho da economia de um país, como também a qualidade de vida de sua população.

a intervenção do Estado na ordem social que assegure os critérios de justiça distributiva com a finalidade de diminuir as desigualdades sociais.

Um indicador social que permite uma avaliação da efetivação dos direitos sociais do cidadão é o Índice de Desenvolvimento Humano desta população, o IDH.

Este índice é **calculado** com base em dados econômicos e sociais. O **IDH** vai de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido é o país.

Para **calcular** o IDH são analisados três fatores principais: Educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (per capita).

Portanto, para melhoria do IDH é necessário investimentos públicos em educação, saúde e programas sociais que atendam as populações mais carentes, como por exemplo, programas de atenção à criança, à gestante, programas de combate à evasão escolar e outros que favoreçam a vida. [Índice de Desenvolvimento Humano \(IDH\)](#)

Como a **Educação Fiscal** pode contribuir para a efetivação dos direitos sociais em seu município e a melhoria do IDH? Um dos caminhos é incentivar você a ser protagonista de sua política de desenvolvimento e da melhoria na qualidade de vida da população. Então, Vamos dar o “ponta pé” inicial!



- Você conhece o IDH de seu município?

- A sua comunidade está bem assistida em termos de educação e saúde pública?

- Na sua comunidade existem famílias atendidas por programas sociais? Liste dois desses programas e elabore um texto descritivo falando de cada um deles e sua eficácia na melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários.

- Busque informações e preencha a planilha abaixo a qual tem como objetivo fazer o demonstrativo de investimentos de seu município, nos últimos dois anos, para a efetivação dos respectivos direitos sociais dos cidadãos:

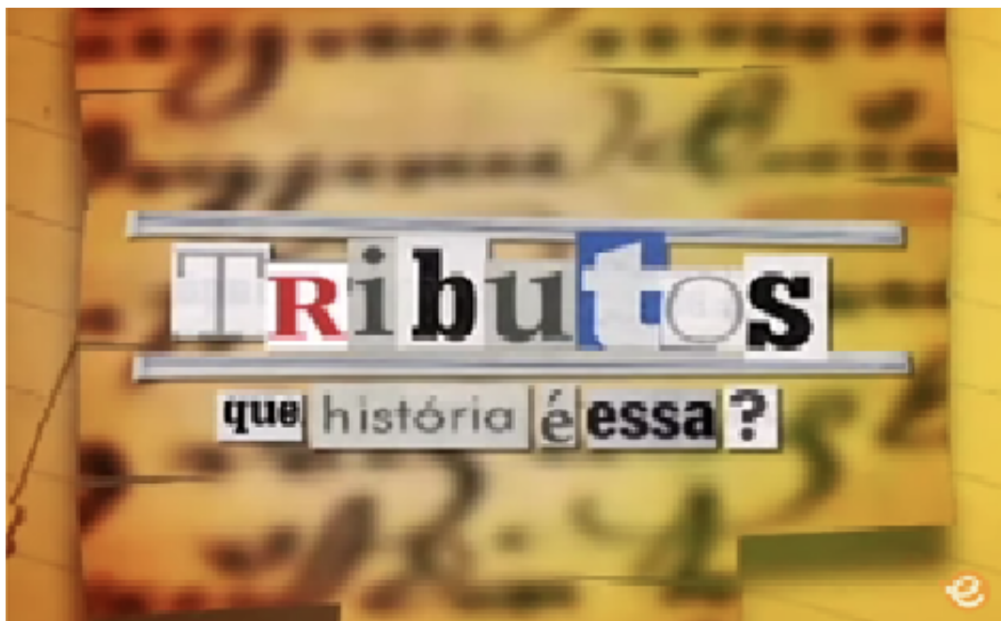
Direitos Sociais	Valor	Fonte do recurso (se Federal, Estadual ou municipal)
Educação		
Saúde		
Moradia		
Proteção à maternidade e à infância		
Proteção à maternidade e à infância		

Após conclusão, divulgue essa planilha para a comunidade (extra)escolar , ela poderá contribuir para formar uma consciência crítica e participativa dos cidadãos, fazendo com que as pessoas fiscalizem os investimentos.

Os Tributos\$



<https://www.freepik.com/free-photos-vectors/icons> Icons vector created by katemangostar -



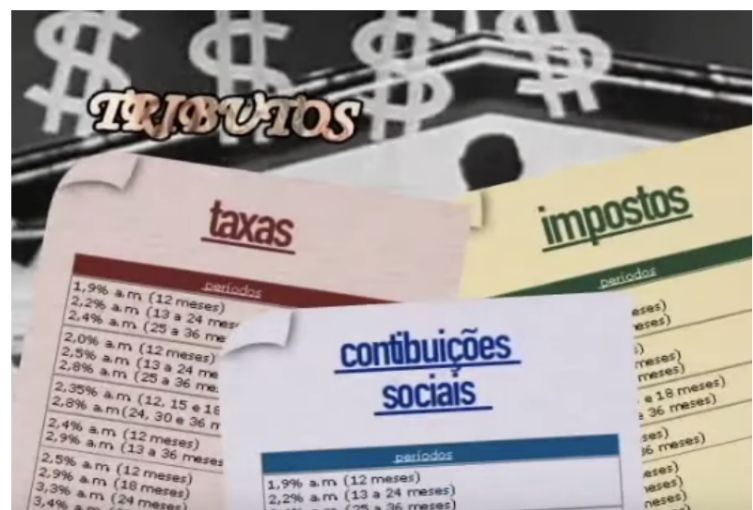
TRIBUTOS corresponde m a impostos, taxas de serviços públicos específicos e divisíveis e contribuição de melhoria (decorrente de obras públicas).

Os tipos de Tributos



Dos tributos o mais conhecido é o **Imposto**.

Quando pagamos impostos não devemos esperar uma contraprestação direta do Estado ou imediata, estamos assegurando o funcionamento deste. Por exemplo, quando pagamos IPTU não é para a prefeitura pintar nossas calçadas, mas para poder manter o posto de saúde, manter as escolas e outros serviços.



Quem recebe os Impostos? Municípios, Estados e União.

Impostos Municipais:

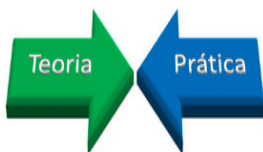
- O IPTU - imposto sobre propriedade territorial urbana, é cobrado anualmente sobre imóveis, prédios comerciais, casas e apartamentos.
- ITBI - É o imposto sobre transação de bens imóveis, é cobrado quando ocorre uma compra ou venda de um imóvel.
- ISS - é um imposto sobre serviços, ou seja, é cobrado quando realizamos um serviço remunerado. Exemplo: quando o marceneiro conserta as carteiras da escola, ele paga ISS.

Impostos Estaduais:

- ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços. Pagamos ICMS quando compramos qualquer mercadoria, exemplo: Chocolate, tênis, carro, celular, etc.
- ITCMD – Imposto transmissão causa mortis doações. É cobrado em casos de doações ou inventário.
- IPVA – Imposto sobre propriedade de veículos automotores. É cobrado anualmente sobre carros e motos.

As pessoas com deficiências são isentas do IPVA, você sabia? Esse direito está sendo respeitado em seu município?

Você sabe quanto seu município arrecadou no ano anterior de IPTU? De ITBI? E de ISS? Pesquise! Participe! Seja um cidadão atuante em sua comunidade!



Seja investigador! Escolha 2 tipos de mercadorias ou serviços que você consome e veja o valor dos impostos que é pago, exemplo a conta de luz, o perfume... Quais são esses impostos?

Você pode descobrir quanto o seu Estado recebeu de IPVA, sobre motos no último ano! Aceita o desafio?

Agora escreva para um amigo e relate suas descobertas. Para isso você pode escrever uma carta, um email, uma mensagem de whatsapp, ou faça um texto e poste no facebook, instagram, whatsapp, marque seu(s) amigo(s).

Impostos Federais (da União):

II – Imposto de Importação – Quando adquirimos produtos de outro país.

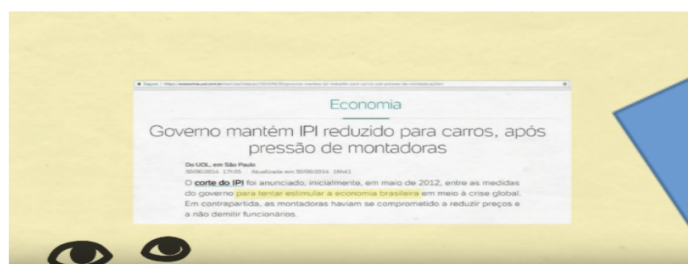
IE – Imposto de Exportação – Quando vendemos produtos para outro país.

IOF – Imposto sobre operações financeiras – Juros cobrados a pessoas físicas e jurídicas, sobre operações financeiras.

IR – Imposto de renda – Imposto sobre os rendimentos, de pessoas físicas e jurídicas, pago diretamente pelo contribuinte ao governo.

IPI – Imposto de Produtos Industrializados – Imposto sobre tudo que é produzido nas indústrias.

2020 - O Governo Federal reduz a zero a alíquota de IPI de vários produtos que são utilizados no combate ao Covid-19. A medida consta do Decreto nº 10.285/2020.



Você já ouviu falar na medida do governo federal que reduziu, temporariamente, o IPI em 2012?

Pesquise e dê sua opinião a respeito das consequências desta medida, na economia e na vida do cidadão.

<https://www.contabeis.com.br/legislacao/85479/decreto-7725-2012/>

Escolha 2 destes produtos e veja quanto foi abatido em seu preço com a isenção do IPI. Elabore um texto jornalístico divulgando à comunidade as consequências deste benefício em função do combate à pandemia. [IPI: Decreto nº 10.285/2020 reduz](#)

[temporariamente as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre os produtos que ajudam no combate ao COVID-19.](#)

Tributo - Taxas

Esta espécie tributária apenas se caracteriza como tal **quando é cobrada e instituída pelo Poder Público** (União, Estados, DF e Municípios). Assim, excluimos de pronto as taxas bancárias, as taxas de matrícula e quaisquer outras que decorram da prestação de um serviço privado. A taxa, como um tributo, sempre pressupõe a existência de uma atividade pública, ou seja, que tenha iniciativa do Poder Público.

As taxas podem ser exigidas dos cidadãos em duas situações:

1 - quando o Poder Público prestar ao contribuinte um serviço público, **específico e divisível**. Neste caso, denominamos de taxa de serviço.

Ele será **específico** quando puder ser apontado qual é o serviço. Por exemplo, o serviço de coleta de lixo, coleta de esgoto e outras.

É **divisível** porque é possível identificar o beneficiado, que no caso da coleta de lixo é o proprietário da residência em que se recolhem os dejetos. Da mesma maneira, o serviço de coleta de esgoto e os serviços notariais em que são beneficiados o proprietário do imóvel e o destinatário dos serviços notariais, respectivamente.

2 - O exercício regular do **Poder de Polícia**.

Atenção! Não se deve confundir Poder **de** Polícia com o Poder **da** Polícia.

As taxas decorrentes do exercício regular do Poder de Polícia. Poder de Polícia traz a ideia de fiscalização. Quando um cidadão exercer determinada atividade da qual mereça alguma regulação por parte do Poder Público (como dos restaurantes ou serviços de telefonia, por exemplo) e for vigiado por algum órgão público competente, poderá ser exigido dele uma taxa em razão dessa fiscalização. Normalmente esse Poder é exercido por Agências Reguladoras (INMETRO, ANVISA, ANATEL, entre outras). <https://www.politize.com.br/taxa-especies-tributarias>



O serviço de coleta de lixo é de responsabilidade do governo municipal.

Para manter esse serviço toda residência paga uma taxa. Uma das consequências mais graves do não cumprimento desta responsabilidade são as inundações nas cidades, em decorrência do acúmulo de lixo em vias de escoamento da água fluvial, outras são as queimadas urbanas ocasionadas em decorrência da ação de moradores que procuram acabar com os lixões próximos a sua residência.

Estes são exemplos da negligência do serviço que foi pago antecipadamente pelo proprietário dos imóveis.



- Diante disso, elabore uma “tirinha” com um diálogo acerca da situação da coleta de lixo em seu município, publique em redes sociais ou em outro espaço disponível.

As tirinhas são como histórias em quadrinhos, porém, mais curtas. Geralmente essa sequência de quadrinhos faz críticas sociais e são publicadas com regularidade. Elas podem estar presentes em revistas, jornais, sites, mídias sociais, entre outros.
<https://escolaeducacao.com.br/diferenca-entre-charge-cartum-tirinha-e-caricatura/>

- Faça uma pesquisa em seu município, para identificação da situação quanto à arrecadação da taxa do serviço de coleta de lixo.

- A cobrança e o pagamento ocorrem regularmente?

- Há inadimplência?

- Elabore uma proposta de intervenção que tenha, no mínimo, três agentes responsáveis envolvidos na resolução dos problemas identificados em sua pesquisa, e dê os encaminhamentos necessários para esta proposta chegar aos interessados e/ou responsáveis, a Câmara Municipal, por exemplo.



Além destas Taxas, consideradas tributos, ainda existem as OUTRAS presentes em nosso dia-a-dia mas, que não

são consideradas tributos, são as taxas cobradas sobre serviços NOTARIAIS e REGISTROS.

” Os titulares de **serviços notariais** e de registro são os: tabeliães de notas; tabeliães e oficiais de registro de contratos marítimos; tabeliães de protesto de títulos; oficiais de registro de imóveis; oficiais de registro de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas; oficiais de registro civis das pessoas”. Pois bem, o sistema notarial e registral é formado pelas Serventias Extrajudiciais popularmente tratadas como “Cartórios.”

Está acontecendo!

O Estado, maior combatente do coronavírus, trabalha com dinheiro público, com seu dinheiro...

É tempo de pandemia, “portanto, de promovermos a coesão social e a integração entre Estado e Sociedade. Além disso, cidadãos devem ser incentivados a acompanhar portais de transparência para observar como recursos públicos estão sendo utilizados, principalmente na área da saúde.

Neste momento, o combate à corrupção não pode dar margem à inoperância do Estado. Que os investimentos sejam realizados e fiscalizados, e jamais não realizados por receio da corrupção”.



<https://static.vecteezy.com/ti/vetor-gratis/p1/1370011-pessoas-segurando-cartazes-em-um-protesto-gr%C3%A1tis-vetor.jpg>



encurtador.com.br/IEHJ1

Escolha uma ou mais imagens entre as apresentadas na página abaixo e elabore um ou mais textos tratando a respeito da leitura da cena. O seu texto pode ser uma carta, um post para o Facebook ou Instagram, mensagem de WhatsApp, ou ainda, um texto argumentativo, seguindo a estrutura da redação do ENEM. Esse, você pode publicar além das redes sociais, como locais públicos, Ponto de ônibus, hall de prédios públicos, igrejas e outros aos quais tenha acesso, ou você pode encaminhá-lo ao poder público, como a Câmara Municipal. Fique à vontade!

Imag. 01



Imag. 02



Imag. 03



Imag. 04



Por falar em Impostos... Você já ouviu falar no ICMS Ecológico?

ICMS você sabe é o Imposto cobrado sobre circulação de mercadoria e serviços.

O Brasil tem um histórico de tentativas de preservação do meio ambiente e essa luta teve início em 1.808 com a vinda da família real, época em que foi criado o Jardim Botânico no Rio de Janeiro. Ao longo da História, outras medidas importantes foram sendo adotadas, a exemplo da criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989.

A constituição de 1988 criou, também, o ICMS Ecológico. Trata-se de um mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que aquelas às quais já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS, em razão do atendimento de determinados critérios ambientais estabelecidos em leis estaduais.

No início, o ICMS Ecológico nasceu como uma forma de compensar os municípios pela restrição de uso do solo em locais protegidos (unidades de conservação e outras áreas de preservação específicas), uma vez que algumas atividades econômicas são restritas ou mesmo proibidas em determinados locais a fim de garantir sua preservação.

Municípios que preservam suas florestas e conservam sua biodiversidade ganham uma pontuação maior nos critérios de repasse e recebem recursos financeiros a título de compensação pelas áreas destinadas à conservação, e, ao mesmo tempo, um incentivo para a manutenção e criação de novas áreas para a conservação da biodiversidade.

O Paraná foi o primeiro estado brasileiro a instituir o ICMS Ecológico em 1989, o Tocantins em 2002. Hoje, 18 dos 26 Estados brasileiros já adotam o mecanismo, de acordo com o portal www.icmsecologico.org.br, criado em 2009 com o objetivo de

divulgar informações sobre o ICMS Ecológico nos estados brasileiros. [O que é o ICMS Ecológico - \(\(o\)\)eco](#)



- Pesquise se seu município já aderiu ao ICMS ecológico. Caso já tenha aderido, procure saber se, de fato, os critérios estabelecidos para este benefício estão sendo respeitados.

- É importante, também, saber os valores recebidos por seu município por meio do ICMS ecológico e onde esses recursos estão sendo empregados.

- Caso seu município ainda não tenha implantado o ICMS ecológico, junto com seus colegas, marque uma audiência na câmara dos vereadores para discussão do assunto.



A Lei do ICMS Ecológico traz ainda algumas diretrizes para sua implantação no Tocantins, entre elas: A participação pública no planejamento e nas ações a serem desenvolvidas; o desenvolvimento da educação ambiental, do ecoturismo, quando for o caso; e a performance dos municípios em matéria de gastos ambientais.

No Tocantins o ICMS Ecológico é bem mais ousado, é bem mais moderno, pois além da conservação da água e dos parques, o ICMS Ecológico tocantinense tem o ímpeto de estado novo e inovador, tratando de premiar os municípios que possuam boa política municipal de meio ambiente, controle de queimadas e combate a incêndios, promova a conservação dos solos, atue de forma direta ou indireta na distribuição de água potável, no tratamento do esgoto e na coleta e destinação final do lixo, portanto, é uma eficiente ferramenta de repasse fiscal compensatório e de

estímulo à conservação de florestas, especialmente através de unidades de conservação.

Em 2019 dos 139 municípios do Tocantins cerca de 47 já haviam apresentado comprovantes de ações ambientais para receberem o benefício e 87 deles estavam em processo de organização dos referidos documentos, e naquele ano, apenas 3 municípios ainda não tinham se manifestado quanto à adesão.

O Estado dispõe ainda, de orientações e diretrizes importantes para implantação deste mecanismo, conforme os diversos documentos:


- Questionário ICMS Ecológico.pdf
- Cartilha ICMS Ecológico.pdf
- Portaria nº 460_2016 Dispõe sobre a entrega dos documentos do ICMS Ecológico 2016 na sede do Naturatins.pdf
- Lei nº 1323_2002 Dispõe sobre os índices que compõem o cálculo da parcela do produto da arrecadação do ICMS pertencente ao Municípios.pdf
- Lei nº 2959_2015 Dispõe sobre critérios de distribuição das parcelas municipais do ICMS.pdf
- Decreto nº 5264_2015. <https://naturatins.to.gov.br/icms-ecologico/>



PRÁTICAS

- Proponha à sua escola a elaboração e execução de uma campanha informativa e educativa para ser trabalhada com a comunidade, abordando a importância do respeito ao meio ambiente, para a qualidade de vida no presente e no futuro.

- Defina uma agenda cultural composta por saraus, palestras e peças teatrais com o tema “cidadania ecológica” abordando assuntos ambientais e cidadania, para serem realizados ao longo do ano letivo, em espaços escolares ou outros espaços públicos.

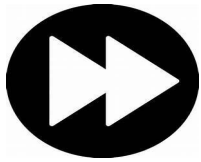


Seja Protagonista! Das
pequenas ações se chega a
grandes mudanças!

MF Fundo de PP Participação dos EM Municípios



https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Fbr.123rf.com%2Fphoto_18953870_ilustra%25C3%25A7%25C



Anteriormente foram estudados os tributos arrecadados pelos municípios e a imagem acima te ajuda a lembrar alguns destes tributos.



“O município é o ente federativo que possui autonomia administrativa, financeira e orçamentária, com competência para legislar sobre assuntos de interesse local, instituir e arrecadar os tributos de sua competência, aplicar suas rendas, com a obrigatoriedade de prestar contas e publicar seus

balancetes, organizar e prestar diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços de interesse local, entre outras, nos termos dos artigos 18 e 30 da Constituição Federal de 1988 - CF/88 (Moisés Anacleto Bercke).

Nesta unidade iremos conhecer um pouco o Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Quem já ouviu falar de FPM?

O Fundo de Participação dos Municípios é uma **transferência** constitucional (CF, Art. 159, I, b) de recursos aos municípios, composto de 22,5% do total da arrecadação cobrada dos brasileiros com Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Veja em matemática o que é coeficiente e como trabalhar com estes!

A distribuição pela União, neste caso entre os municípios, é feita de acordo com o número de habitantes de cada um. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. Cada vez que o governo federal mexe nos impostos, fazendo reajuste, baixando valores ou fazendo devoluções do imposto de renda, a arrecadação do FPM é modificada. Os municípios não podem fazer uma previsão porque muitas vezes, o montante é alterado.

<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/o-que-e-o-fpm-a9g30cqc19efarv42t7qsjnta/>

Com relação aos valores do FPM do município, mudanças podem ocorrer devido à alteração legislativa ou do quantitativo populacional e ainda, com a criação de novos municípios ou decisões judiciais.

Conforme a lei 5172/66 (Código Tributário Nacional) para repasse do FPM, os municípios são divididos em três categorias e cada uma tem uma base percentual individual de cálculo sobre o total a ser dividido e repassado pela União:

- a) As capitais - dos Estados e Brasília ficam com 10% dos valores;
- b) Os municípios reserva - aqueles que não são capitais mas, têm população superior a 142.633 habitantes ficam com 3,6 % do total como fundo de reserva.
- c) Municípios do Interior - são os demais e ficam com os 86,4% restante dos recursos.

“Os pequenos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes apresentam altos níveis de dependência de recursos externos para a manutenção de suas atividades legais e constitucionais, em especial a dependência diante do Fundo de Participação dos Municípios – FPM” (Moisés Anacleto Bercke).

Em muitos municípios pobres, o FPM é a única fonte de financiamento dos serviços oferecidos à população e inclusive, a despesa com a folha de pagamento dos servidores, nestes casos a dependência deste recurso é muito grande.

No Tocantins, dos 139 municípios 126 dependem exclusivamente do repasse do FPM, para manter os serviços mínimos funcionando.

(www.jornaldotocantins.com.br/editorias/noticias...).

O FUNDEB, a saúde e o PASEP são despesas obrigatoriamente vinculadas ao FPM, em outras palavras, ao receber o FPM o município já deve reservar o montante destinado a elas.

FUNDEB – 20% - Considerando que o Art. 212 da Constituição Federal estabelece o mínimo de 25% da receita a ser aplicada pelos Municípios na manutenção e desenvolvimento do ensino, valores resultantes da arrecadação de

impostos, compreendida a proveniente de **transferências**, isto é, de todo investimento do município na Educação 20% já vem garantido no repasse pela União do FPM, e o município deve adicionar no mínimo 5% de sua receita.

Saúde – 15% - A Lei Complementar 141/2012 estabelece que os Municípios e o DF aplicarão anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% de suas receitas de impostos e de **transferências**.

([https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/NT_27_2018_Limites%20minimos%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20sa%C3%BAde%20e%20o%20FPM%20\(2018\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/NT_27_2018_Limites%20minimos%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20sa%C3%BAde%20e%20o%20FPM%20(2018).pdf)) (Link não confere)

PASEP 1% - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. É o programa pelo qual os órgãos públicos depositam contribuições em um fundo ligado aos seus empregados, como garantia de pagamento de benefícios ao trabalhador, como o abono salarial e o seguro-desemprego. [PIS/PASEP: o que é? Para que serve? abono salarial, fundo PIS/PASEP, como saber qual é seu número, quem tem direito, como consultar, como fazer a retirada](#)).



Para tomar decisões acerca de seu Projeto de Vida,
na perspectiva de atuar como um cidadão
participativo, um protagonista! Aprofunde mais seus
conhecimento acerca desse assunto!

Quer saber mais!

Os valores dos repasses do FPM podem ser consultados no endereço:

<https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2600:1>.

Os dados podem ser obtidos por uma ou mais regiões geográficas ou entes da federação, por ano, mês ou decêndio em que a transferência foi realizada.

Outros tipos de consultas estão disponíveis no site:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais>

De forma alternativa, pode-se consultar o site:

<https://www42.bb.com.br/portalbb/daf/beneficiario,802,4647,4652,0,1.bbx> para obter um Demonstrativo de Distribuição de Arrecadação fornecido pelo Banco do Brasil.

As transferências do FPM

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/-/transferencias-constitucionais-e-legais>;

Previsão de Repasse Mensal e Trimestral:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327849/previsao_mensal_e_trimestral.pdf

Comunicado Decendial:

http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/327857/pge_comunicado_decendial.pdf



Agora é com você!

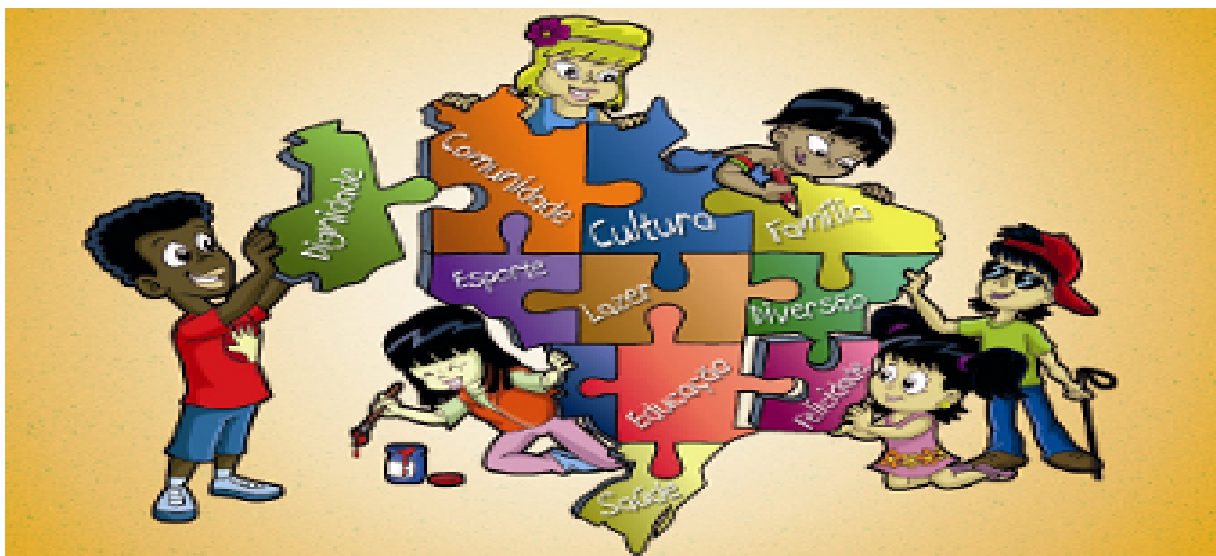
- Seu Município se encaixa em qual categoria, para recebimento de FPM?

- Que tal fazer uma entrevista com o (a) secretário (a) de Administração (finanças) do seu município ou com o chefe (a) do executivo para entender como está o recebimento, uso e prestação de contas dessa transferência?

- Consulte o (a) secretário (a) de Educação do município e “fique por dentro” do recebimento e uso da parcela do FUNDEB, se há complementação por parte do município, se a pasta tem total autonomia para uso desse recurso.

- E você percebe investimentos significativos nas áreas da Educação e Saúde em seu município?

- Apresente proposta de melhorias prioritárias para essas duas áreas em seu município!



(Figura) <http://mjuscelia.blogspot.com>

/

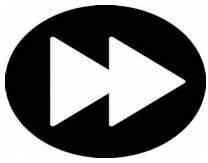
Orçamento Público Municipal



https://www.freepik.com/free-vector/hand-holding-coin-with-stacked-golden-coins_5894628.htm#page=1&query=h

Orçamento significa o ato ou efeito de planejar, criar um plano otimizar o alcance de um determinado objetivo(s).

O “Orçamento Público” enquanto ESPAÇO de discussão é naturalmente um espaço de conflitos pela diversidade de interesses, ali postos.



O orçamento público é o **planejamento feito com os recursos públicos** para fins de custeio das despesas do Estado, nas três esferas: Federal, Estadual e Municipal.

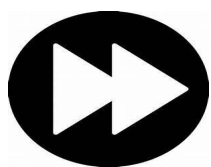
O **orçamento público** tem tudo a ver com o nosso dia a dia. Grande parte das receitas arrecadadas pelo governo saem do nosso bolso, direta ou indiretamente. Repassamos uma parcela do que ganhamos para o Estado em forma de impostos **indiretos**, isto é, impostos que estão embutidos no preço das mercadorias e das tarifas de serviços públicos. Há também os impostos **diretos**, como o imposto de renda, que é pago por milhões de pessoas quando recebem o salário ou quando prestam serviços para uma empresa ou para outras pessoas.

O orçamento público transforma-se em lei após passar por um processo de ampla negociação, em que os governos federal, estadual e municipal deixam claro como pretendem gastar a curto e médio prazo os recursos arrecadados com impostos, contribuições sociais e outras fontes de receita. A elaboração do orçamento público é obrigatória a todos os níveis de governo.

A cada quatro anos, os chefes do Poder Executivo (prefeitos, governadores e presidente da República) devem elaborar uma proposta de planejamento a médio prazo, chamado Plano Plurianual (PPA), e enviá-la para discussão e votação para o respectivo órgão legislativo.

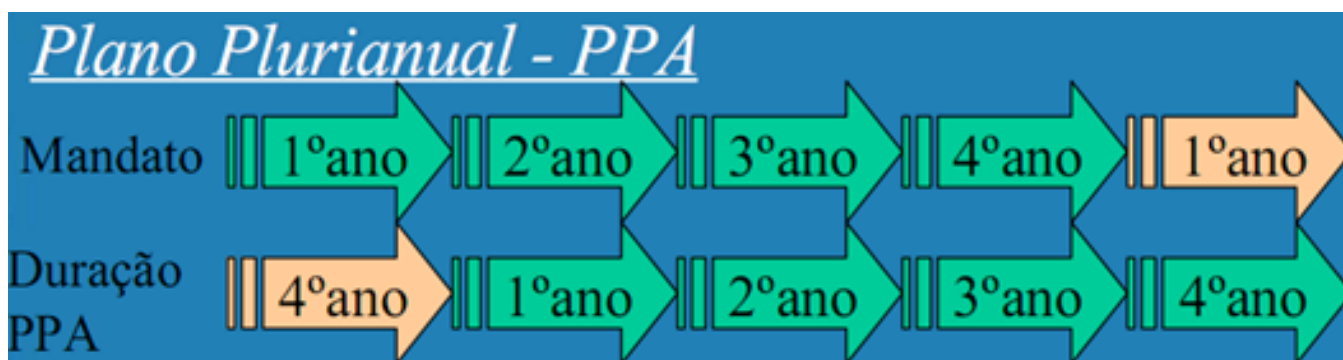


<https://inovcapacitacao.com.br/wp-content/uploads/2019/06/ppa-1170x500.jpg>



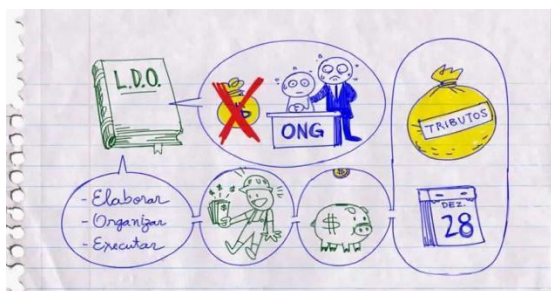
Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual é o planejamento orçamentário de médio prazo do governo. O PPA estabelece qualitativa e quantitativamente quais serão os investimentos da administração pública em cada área em que atua (Saúde, Educação, Transporte, Indústria, Assistência Social, entre outros). O plano define as **estratégias, diretrizes e metas** da administração para um período de quatro anos, (3 da atual gestão e o primeiro ano da gestão seguinte), em especial aquelas relativas às despesas de capital e aos programas de duração continuada). O PPA é **revisado, monitorado e aperfeiçoado anualmente** para ser readequado à situação esperada no próximo ano.



https://2.bp.blogspot.com/-hLvGe9Mc9rY/Wr_O4-UdTBI/AAAAAAAAAHE/ahre1C9zTI4glog39UCBI1Ty0_LhDV0dgCLcBGAs/s1600/b1.PNG

O PPA enquanto instrumento fundamental de planejamento orienta outras Leis, como por exemplo a **Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO)**.



<https://i.ytimg.com/vi/zOPoLMrvvjQ/maxresdefault.jpg>



Lei de Diretrizes Orçamentária Anual (LDO)

Essa lei é anual e define as **metas** e **prioridades** dos governos conforme o que consta no PPA, ou seja, as obras e os serviços mais importantes a serem realizados no ano seguinte. A LDO estabelece as regras que deverão ser observadas na formulação do **Projeto de Lei Orçamentária Anual** para atingir as metas previstas no PPA, na execução das ações. É elaborada pelo Poder Executivo e discutida, votada e aprovada pelo Legislativo.



Opa! Mais uma? Sim. O planejamento orçamentário, público anual! Antes havíamos falado do Planejamento Orçamentário para quatro anos o PPA!

https://lh3.googleusercontent.com/proxy/H5CEoe-QWlckEK1I-k4rF2ZPi8b1Jvt7u-znv3ZclLfgJSQAufgXTKlLbFUnXv3jINMxqQT H5AJN_aVVeacxfBlzDqD-vsnuZGxyyKh1IS

Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária autoriza o Executivo a gastar (no ano) os recursos arrecadados para manter a administração, pagar os credores e fazer investimentos. A LOA **materializa as diretrizes** do direcionamento de gastos e despesas do governo, indicando qual será o orçamento público disponível para o próximo ano. A quantidade e a qualidade dos gastos e investimentos indicam qual o nível de **prioridade** em investir naquela área para que o plano estratégico alcance os resultados esperados. Esses são elementos fundamentais na constituição de um plano de governo, seja Federal, Estadual ou Municipal.



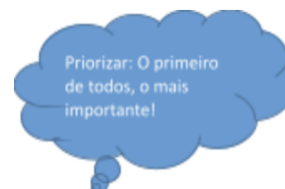
Agora é com você!

- Você já costuma planejar suas ações?

Por exemplo, você tem três desejos para realizar no último ano do ensino médio:

- Tirar uma nota acima de 8 no ENEM;
- Ganhar o prêmio de maior revelação do The voice Brasil;
- Fazer uma viagem, de bike, comemorando essa conquista.

Todas essas ações dependem de empreender investimentos materiais e imateriais. Você vê possibilidades reais de realizá-las ao mesmo tempo?



- Você precisa priorizar uma delas? Qual?
- Por qual(is) motivo(s) você fez a escolha de priorizar uma dessas ações?

Como você priorizou, assim fazem os gestores públicos, priorizam o que é mais importante, no momento, para atendimento das necessidades locais.

- Feita sua escolha, definida sua prioridade, a etapa seguinte é organizar os passos necessários a serem dados para a concretização de sua escolha. Agora chegou a hora do Planejamento.
- O que fazer? Como fazer? Quanto custa? Quando fazer? E o resultado esperado.
- Ao término do prazo final, é necessário uma avaliação do resultado esperado. Se é satisfatório, agora é só comemorar! Caso o contrário, é replanejar...Assim funciona na administração pública.



É comum nas obras públicas, placas com informações de que a obra é do governo Federal, Estadual ou Municipal, o prazo de entrega, o custo e outras informações. Também é comum, os “termos aditivos” para conclusão de obras.

O termo aditivo é um documento que por diversos motivos, possibilita alteração no contrato para execução de uma obra seja, no custo, no prazo e em outras situações.

- Você pode pesquisar se no seu município tem obras com essas placas informativas e a partir daí passar a acompanhar o processo de execução da obra. Faça um “diário de bordo” para seus registros, incluindo fotografias da placa e da obra em diferentes etapas.

- Ao final elabore um painel ou outra forma de divulgação desse trabalho e socialize com a sua comunidade por meio de exposição no mural da escola, em locais de acesso público como unidades básicas de saúde, igrejas, praças ou ainda, nas redes sociais, como *facebook*, *instagram*, *blogs* e outros.



Desafioooooo!

Que tal o desenvolvimento de projeto para abordar a temática “Cidadania, direitos e deveres”

O projeto precisa de um título! Que tal, **“A cidadania ativada pelo protagonismo”**.

Dicas:

O quê

Esse projeto pode ser a produção de curtas-metragens de até 30 minutos cada e a realização de um festival para sua apresentação. Os filmes devem ser produzidos em grupos e tratar de situações vivenciadas na comunidade as quais demandam a ação do

município por meio de investimentos nas áreas da saúde, educação e segurança pública.

O roteiro de cada curta-metragem deverá incorporar os conhecimentos e conceitos assimilados ao longo dos estudos deste caderno. O grupo produtor deverá encontrar soluções cinematográficas para comunicar as ideias do roteiro, transformando-as em imagens. Pode ser por meio da dramatização, por desenho animado, fotografias e outros.

Para quê

- Reconhecer a cidadania como um “estado de direito” constituído de direitos e deveres;
- Identificar situações de vulnerabilidade social causadas pela omissão da administração pública seja, municipal, estadual ou federal;
 - Entender mecanismos do financiamento dos bens e serviços do município;
 - Buscar soluções éticas, junto ao poder público, para a melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo dos mais vulneráveis;
- Estimular a contribuição tributária consciente e o combate à sonegação e corrupção;
- Estimular a organização juvenil em prol de soluções éticas e solidárias em prol da coletividade.

Por quê?

As pessoas de modo geral não percebem que são contribuintes, se desconhecem no financiamento do Estado (Município, Estado ou União) e concebem as políticas públicas como “presentes” do político “a” ou “b”.

É necessário levar ao cidadão comum informações básicas para o exercício da cidadania fiscal, de forma a quebrar mitos como:

- O que é público não pertence a ninguém ou pertence a um indivíduo - na maioria das vezes o representante do poder executivo ou um representante regional no legislativo - o qual é identificado como o próprio Estado.
- O que é público é do governo, e como tal não merece ser zelado. Estes concebem o governo, o estado como algo contrário ao bem comum.
- Os recursos financeiros que custeiam bens e serviços públicos são infinitos.
- O cidadão tem por dever apenas eleger seus representantes.
- Os interesses públicos são discutidos apenas pelos representantes eleitos, para os poderes executivo e legislativo;
- Os jovens são cidadãos apenas do futuro.

Com quê?

- Anotar o necessário para execução do Projeto:
- *smartphone* ou câmera filmadora;
- *software* gratuito para edição de vídeo;
- computador ou *tablet* com acesso à internet;
- projetor multimídia;
- cartolina branca ou papel *kraft*;
- caderno ou bloco de notas;
- materiais de escrita (borracha, lápis, canetas coloridas etc.).

Como?

- Dividir o Projeto em quatro etapas e selecionar as ações de cada etapa.
- Na primeira etapa é importante fazer leituras e rever os conhecimentos referentes ao tema, fazer reflexões das diferentes informações acerca do mesmo.
- Na segunda etapa é o momento da apropriação de conceitos, da escolha do que, entre todas as leituras e todos os conhecimentos adquiridos, vai embasar o Projeto;
- Na terceira etapa depois de dominar os conceitos básicos para debater o tema “Cidadania direitos e deveres” é a hora de selecionar subtemas que irão ser percorridos no curta e já serão dados os primeiros encaminhamentos para elaboração do roteiro.
- Na quarta etapa será elaborado o roteiro do(s) curta-metragem(ns). É o momento de decidir o estilo do filme, se documentário ou uma ficção, bem como a forma de incorporar aos roteiros, os conhecimentos adquiridos.

Bom trabalho!



Nós, contra a negação dos direitos sociais e a favor da efetivação da cidadania!

Faça uma coletânea de frases inspiradas na frase acima e espalhe pelos locais de socialização do(s) curta-metragem(ns).

O evento de lançamento do curta ou dos curtas pode ser enriquecido por outras atividades referentes ao tema, como palestras, apresentações culturais diversas, exposições de fotografias e outras.

Essa caminhada não se encerra por aqui, ao contrário, será ampliada a cada dia! Você pode ser um protagonista nato, mas também, pode desenvolver o protagonismo!

Não é Sério Charlie Brown Jr.

Eu vejo na TV o que eles falam
sobre o jovem não é sério
O jovem no Brasil nunca é levado a
sério

(...)

Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já
Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
(...)

Revolução na sua vida você
pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua mente você pode
você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
(...)

O que eu consigo ver é só um
terço do problema
É o Sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda
A Juventude tem que estar a fim
Tem que se unir
O abuso do trabalho infantil, a
ignorância
Só faz destruir a esperança
(...).

Referências

- <http://www.gazetadevotorantim.com.br/noticia/21353/audiencia-publica>
- <https://thumbs.dreamstime.com/b/grupo-de-jovens-dos-desenhos-animados-teenagers-134764550.jpg>
- <https://www.significados.com.br/sociedade/> acessado em 09/01/2019.
- [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SbuemLBHAD8J:repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3586/1/4020.pdf+&cd=16&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d\).](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:SbuemLBHAD8J:repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/3586/1/4020.pdf+&cd=16&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d)
- <https://www.significadosbr.com.br/governo>
- <https://www.suapesquisa.com/historia/dicionario/democracia.htm>. Acessado em 10/01/2019.
- <https://www.politize.com.br/democracia-participativa/> acessado em 10/01/2019.
- http://cac.php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC_Democracia_Participativa_Boaventura_Sousa_Santos_e_Negacao... Acessado em 10/01/2019
- <https://www.politize.com.br/democracia-participativa/> acessado em 10/01/2019.
- <https://www.educacao.sp.gov.br/gremio-estudantil>
- <https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/entenda-o-papel-dos-gremios-estudantis-nas-escolas-da-rede-e-tire-todas-suas-duvidas/>
- <http://ubes.org.br/gremios/>
- https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp
- <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idho.html>
- <https://www.contabeis.com.br/legislacao/85479/decreto-7725-2012/>
- <http://www.spednews.com.br/ipi-decreto-no-10-285-2020-reduz-temporariamente-as-aliquotas-do-imposto-sobre-produtos-industrializados-ipi-incidentes-sobre-os-produtos-que-ajudam-no-combate-ao-covid-19/>

<https://www.politize.com.br/taxa-especies-tributarias>

<https://escolaeducacao.com.br/diferenca-entre-charge-cartum-tirinha-e-caricatura/>

<https://www.dropbox.com/s/6i64jfdscikln8a/Captura%20de%20tela%202020-07-06%2011.05.42.png?dl=0>

<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28048-o-que-e-o-icms-ecologico/>

<https://naturatins.to.gov.br/icms-ecologico/>

<https://www.rdmonline.com.br/economia/fundo-de-participacao-dos-municipios-tem-reducao-de-18-em-agosto/>

<https://www.significados.com.br/planejamento/>

<https://www.politize.com.br/orcamento-publico-como-e-definido/>

https://br.images.search.yahoo.com/search/images;_ylt=AwrJ7F4z1ytgjF4ADQnz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3BpdnM-?p=planejamento+plurianual+ppa&fr2=piv-web&fr=mcafee&guce_referrer=aHRocHM6Lygici5zZWYy2gueWFOb28uY29tL3NIYXJjaD9mcj1tY2FmZWUmdHlwZT1FMjEwQlI5MTE5OUcwJnAgcGxhb mVqYWw1bnRvK3BsdXJpYW51YWwrcHBhJl9ndWNfY29uc2VudF9za2lwPTE2MTMoODU5MDU&guce_referrer_sig=AQAAAD94gFJdJK3yL2hNy62epqRalHJculZA-DUpFqf4lJ9UJTOaOeXAXGBbwqchhJo6EK7i-gfBHm7rX6Am7LdSgm5YNkExAU4Dwci7G5FEycxAKfG6OgfJ4EHFaoZhROHWzVpJxHuroLe_DgQ7JcG1zuUheHbiglZxldCGahjOcLoe&_guc_consent_skip=1613485910

https://br.images.search.yahoo.com/search/images;_ylt=AwrJ6iRJ2CtgocoA5AT16Qt.;_ylu=c2VjA3NIYXJjaARzbGsDYnVodG9u?p=lei+orçamentária+anual&fr=mcafee&fr2=p%3As%2Cv%3Ai%2Cm%3Asb-top&ei=UTF-8&n=60&x=wrt&y=Buscar&guce_referrer=aHRocHM6Lygici5pbWFnZXMuMuc2VhcmNoLnIhaG9vLmNvbS9zZWYy2gvaW1hZ2VzO195bHQ9QXdySjVzdzMyQ3RnV1ZrQTJXRDE2UXQuO195bHU9YzJWakEzTmxZWEpqYUFSemJHcoRZblywZEc5dTtfeWxjPVgxTURNakV

https://br.images.search.yahoo.com/search/images;_ylt=AwrE180q2Stg99gAGETz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3BpdnM-?p=lei+de+diretrizes+orçamentárias&fr2=piv-web&fr=mcafee&guce_referrer=aHRocHM6Lygici5zZWYy2gueWFOb28uY29tL3NIYXJjaD9mcj1tY2FmZWUmdHlwZT1FMjEwQlI5MTE5OUcwJnAgbGVpK2RIK2RpcmVocml6ZXMrb3lQzMIQTdhdWVudCVDMyVBMXJpYXMmX2d1Y19jb25zZW50X3NraXA9MTYxMzQ4NjQwNw&guce_referrer_sig=AQAAAJaJvINmQTcFx

fQfaHGF7nVgdplROWmh7HRh3t7oKopRjDElulHkWxXsv6QVMbvXLJoUozCApDXgS
HZi38GVh-fUfG_gpxxmCcjJNovVnk2co_qjcPFuQN3ahMc3Y4dXGk1wEGIXcmitcAZA
BI8LkO-01yVPeKlaO-L7QSnN86K&_guc_consent_skip=1613486416#id=3&iurl=https
%3A%2F%2Ffi.yimg.com%2Fvi%2FzoPoLMrvQ%2Fmaxresdefault.jpg&action=click

https://br.images.search.yahoo.com/search/images;_ylt=A2KLfRpsDi1gDbsAD1_z6Qt
.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3BpdnM-?p=iterroga%C3%A7%C3%
A30&fr2=piv-web&fr=mcafee&guce_referrer=aHRocHM6Lygici5zZWYy2gueWFob2
8uY29tL3NIYXJjaD9mcj1tY2FmZWUmdHlwZT1FMjEwQll5MTE5OUcwJnAgaXRlcnJv
Z2EIQzMIQTclQzMIQTNvJl9ndWNfY29uc2VudF9za2lwPTE2MTM1NjU1Nzg&guce_r
eferrer_sig=AQAAAJU7AVISmVfogg96gW57mFBuvFKwJyHPvFShKsJ6c3Cb4sPkLLbba
eiUIZ_3ggoiECjpeLSkD7uzoT7m5omPjTGY5N8Hj3XUuOhzXG6zbwmmO

http://www.eloconsultoria.com/hotsites/wp-content/uploads/sites/2/2015/12/ASPECT
OS-POLEMICOS-SOBRE-ADITIVOS-EM-CONTRATOS-DE-OBRAS1.pdf

https://noventa.com.br/aditivo-contratual-na-construcao-civil/

https://jornaldebrasil.com.br/noticias/economia/planejamento-em-obra-publica-vira
-ficcao-com-aditivos/

https://www.contreinamentos.com.br/pdf/passoapasso-celebracao.pdf

São Paulo, Editora Moderna/2020 – Projetos Integradores - Ciências Humanas e
Sociais

Aplicadas - Manual do Professor 1ª edição.

Palmas, maio de 2021

2º ano de pandemia pelo Novo Coronavírus, vetor da Covid-19

Grupo Estadual de Educação Fiscal do Tocantins – GEEF/TO